

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA À MULHER: UM OLHAR CIENTÍFICO



<https://doi.org/10.22533/at.ed.34615241012>

Data de aceite: 11/01/2025

Vivian Rizzioli Corrêa

Presidente do Comitê Nacional de Bombeiros Militares; Bacharel em Direito e pós-graduada em Direito Militar; Diretora de Segurança contra Incêndio e pânico do CBMMT

Karina Oliveira dos Reis

Diretora da DRH; Graduação no Curso de Formação de Oficiais pela ABMDP II no CBMERJ; Especialista em Segurança pública e inteligência Policial, Piloto comercial de helicóptero

Suiane de Souza Mota

Chefe da 1ª SJD evBM

Raquel de Souza Praia

Coordenadora do Núcleo de Biossegurança do CBMAM; oficial de saúde – enf; Mestra em Gerontologia-UFSM; Compõe o grupo de pesquisa do CBMAM

Maely Salvador de Almeida Negrao

Chefe da Seção de Comunicação Social do CBMAM (BM -5); Graduada em Direito e Especialista em Segurança Pública

Elisangela Fialho de Pinho

conselheira do Comitê Nacional de Bombeiros Militares (CNBM); chefe do setor de promoção e medalhística do CBMAM; Graduação em Fisioterapia com pós em Segurança Pública e Cidadania/ fisioterapia em traumato-ortopedia

Erlane Silva de Oliveira

Enfermeira, Especialista em Urgência e Emergência e Saúde Pública; Policlínica Gilberto Mestrinho (SES-Am/CBMAM)

Maria Jesse Maciel Ferreira

Graduação em Comunicação Social e Especialização em Segurança Pública; Compõe 1ª SJD evBM-1

Ivana Beatrice Mânica da Cruz

pós doutora pela University of California, Davis- Usa; Mestre e Doutora em Biologia Molecular pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Ednea Aguiar Maia Ribeiro

Graduação em Medicina pela Universidade Federal do Amazonas, graduação em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará, graduação em Medicina Estética - Universidad Argentina John F. Kennedy e Doutorado pelo DEPARTAMENTO DE BIOMEDICINA - Universidad de León- Espanha

Juliana Santos Araújo Torres

Acadêmica de Odontologia pela FAMETRO. Assistente de Pesquisa pelo CBMAM/UEA

Priscila Santos H. do Nascimento Acordi

Graduada em Serviço Social (UFAM); Especialista em Assistência Social e família (FAMETRO); Especialista em Gerontologia (UEA) Assistente de Pesquisa pelo CBMAM/UEA

RESUMO: A prevenção à violência contra a mulher é essencial para interromper o ciclo de abuso e promover a igualdade de gênero. Isso envolve ações educativas nas escolas para conscientizar sobre respeito e relacionamentos saudáveis, além do fortalecimento da rede de apoio às vítimas, que inclui serviços de acolhimento e formação de profissionais da saúde e segurança. A legislação, como a Lei Maria da Penha, é crucial, mas sua efetividade depende da sensibilização social e da implementação rigorosa. Esta pesquisa busca elucidar as questões por trás dessa problemática sob um olhar científico. Campanhas de conscientização ajudam a desestigmatizar as vítimas, enquanto a promoção da igualdade de gênero em todas as esferas da sociedade contribui para a construção de um ambiente mais seguro e justo para todas as mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher; Violência; Combate; Ciência;

CONFRONTING VIOLENCE AGAINST WOMEN: A SCIENTIFIC LOOK

ABSTRACT: Preventing violence against women is essential to breaking the cycle of abuse and promoting gender equality. This involves educational actions in schools to raise awareness about respect and healthy relationships, as well as strengthening the support network for victims, which includes support services and training for health and security professionals. Legislation, such as the Maria da Penha Law, is crucial, but its effectiveness depends on social awareness and rigorous implementation. This research seeks to elucidate the issues behind this problem from a scientific perspective. Awareness campaigns help to destigmatize victims, while promoting gender equality in all spheres of society contributes to building a safer and fairer environment for all women.

KEYWORDS: Women; Violence; Combat; Science;

INTRODUÇÃO

A violência doméstica é uma das mais graves violações dos direitos humanos, afetando milhões de mulheres em todo o mundo. Segundo a Organização Mundial da Saúde, aproximadamente uma em cada três mulheres experimenta violência física ou sexual em sua vida, muitas vezes perpetrada por um parceiro íntimo. Essa realidade alarmante revela não apenas a vulnerabilidade das mulheres, mas também a necessidade urgente de estratégias eficazes para enfrentá-la (HEISE, 1998).

O empoderamento feminino emerge como uma resposta poderosa a essa problemática. Ao promover a autonomia, o acesso à educação e ao conhecimento sobre os direitos, o empoderamento oferece às mulheres as ferramentas necessárias para romper o ciclo da violência. Essa abordagem não se limita apenas ao fortalecimento individual, mas busca transformar as estruturas sociais e culturais que perpetuam a desigualdade de gênero (FML, 2019).

No contexto da luta contra a violência doméstica, o empoderamento desempenha um papel fundamental na capacitação das mulheres para que elas reconheçam suas próprias forças e direitos. Isso inclui a habilidade de identificar comportamentos abusivos, buscar apoio e, em última instância, fazer escolhas que promovam seu bem-estar e segurança. Além disso, ao fomentar redes de apoio e solidariedade, o empoderamento contribui para a construção de comunidades mais resilientes e conscientes (WHO, 2021).

A prevenção à violência contra a mulher é uma estratégia essencial para enfrentar e mitigar esse grave problema social. A abordagem preventiva envolve ações que buscam interromper o ciclo da violência antes que ele ocorra, promovendo a conscientização e a educação nas comunidades (Chartier, 1995). A implementação de programas de sensibilização nas escolas, por exemplo, é fundamental para ensinar desde cedo sobre respeito, igualdade de gênero e empoderamento feminino. Segundo a ONU Mulheres, a educação é uma ferramenta poderosa na desconstrução de estereótipos de gênero e na promoção de relacionamentos saudáveis (ONU Mulheres, 2021).

Outra estratégia importante é o fortalecimento da rede de apoio às vítimas (Del Priore, 2013); (Foucault, 2003). Isso inclui não apenas serviços de acolhimento e assistência psicológica, mas também a formação de profissionais da saúde, educação e segurança pública para que possam identificar sinais de violência e oferecer suporte adequado (Gomes, 2001). A criação de espaços seguros, como centros de acolhimento e abrigos temporários, também desempenha um papel crucial na proteção das mulheres em situações de risco.

A legislação é um componente vital na prevenção da violência. Medidas como a Lei Maria da Penha no Brasil estabelecem mecanismos de proteção e punição para agressores, mas a efetividade dessas leis depende da sensibilização da sociedade e da implementação rigorosa por parte das instituições. Campanhas de conscientização e mobilização social são essenciais para desestigmatizar as vítimas e encorajá-las a denunciar, criando um ambiente onde a violência não é tolerada (Grossi, 1994).

Por fim, a promoção da igualdade de gênero em todas as esferas da sociedade é fundamental para a prevenção da violência contra a mulher. Isso envolve não apenas políticas públicas que garantam direitos e oportunidades iguais, mas também a participação ativa das mulheres em espaços de decisão e liderança (Heise, 2011). Ao transformar as normas sociais e culturais que sustentam a violência, é possível construir uma sociedade mais justa e segura para todas as mulheres.



Figura 01: Ciclo de palestras enfrentamento à violência contra mulher

Fonte: Os autores (2024).

Neste artigo, exploraremos as diversas dimensões do empoderamento feminino na luta contra a violência doméstica, destacando estratégias eficazes, a importância do apoio social e as implicações das políticas públicas. Acreditamos que, ao fortalecer as vozes e as capacidades das mulheres, podemos dar um passo significativo em direção a uma sociedade mais justa e equitativa (ONU, 2021).

OBJETIVOS

- **Analisar a Relação entre Empoderamento e Violência Doméstica:** Examinar como o empoderamento pode ajudar as mulheres a reconhecer, resistir e superar situações de violência.
- **Identificar Estratégias de Empoderamento:** Apresentar e discutir estratégias práticas que podem ser implementadas para fortalecer as mulheres, como educação, apoio psicológico e capacitação profissional.
- **Destacar a Importância das Políticas Públicas:** Enfatizar a necessidade de políticas públicas eficazes que apoiem o empoderamento das mulheres e ofereçam proteção contra a violência.
- **Promover a Conscientização e a Ação Coletiva:** Incentivar a reflexão sobre o papel da sociedade na luta contra a violência doméstica, ressaltando a importância da solidariedade e do apoio mútuo.

METODOLOGIA

O presente projeto foi elaborado mediante a técnica do levantamento bibliográfico visando a construção de uma revisão narrativa. Para Cordeiro et al. (2008) a revisão narrativa permite uma temática mais aberta e pode ser constituída sem estar presa à uma questão específica que seja bem delimitada ou rigidamente definida. Apresenta como vantagem a não exigência de um protocolo rigoroso, a busca das fontes não é predeterminada nem necessariamente específica. Berwanger et al. (2007) a consideram similar a um capítulo de livro, abordando o tema de maneira ampla e sem metodologia de seleção.

Essa busca foi acrescida pela coleta dos depoimentos gravados no evento IX ENBOM, ocorrido em outubro de 2024 no Rio de Janeiro.



Figura 02: Material de divulgação do evento

Fonte: ENBOM (2024).

DESENVOLVIMENTO

Transcrição dos Áudios do Congresso

Ser parte da rede de atendimento a vítimas de violência doméstica por meio de uma inserção, que ali foi pontual, estava no lugar certo, na hora certa, e fez uma inserção que fez sentido para aquele público. O público que tinha polícia militar, promotores do TJ, tinha polícia civil, enfim. São os espaços que nos são concedidos e que a gente precisa aproveitar.

A mulher recebe um dispositivo do tipo smartphone com tecnologia de geodiferenciamento que deabiliza a localização em tempo real, promocionando o atendimento policial prioritário. Além disso, uma vez acionada o botão socorro, o dispositivo inicia a gravação do seu ambiente, permite o envio de mensagens no chat, abertura de imagens e contato direto com a central de monitoramento, oportunidade em que a assistida pode aguardar informações adicionais, a fim de reabilitar o seu corpo no menor tempo. Destaque-se que o programa tem oportunidade a poder asuqueres como professores em contas e em liberdade e seguir a imposição da medida cautelar de monitoramento eletrônico, a tonoseira eletrônica. Dessa forma, o atendimento de emergência é realizado a partir do acionamento do dispositivo pela assistida. Desde a sua criação, em junho de 2018, até os dias atuais, o programa se consolidou como uma política pública exitosa, atuando como medida de proteção e como relevante instrumento de fiscalização e cumprimento das medidas protetivas de urgência, com a proteção de 1.027 mulheres e a prisão de 16 ofensores. Esse é o programa Viva Fundo, nossa integrada do Distrito Federal para que as nossas mulheres se sintam cada vez mais seguras.



Figura 03: Palestras no auditório do ENBOM

Fonte: Os autores (2024).

Não é na minha área de atualização, mas eu estou falando em nome do secretário. E foi cancelado por ele, por falar das boas práticas da nossa secretaria, para que outras, quem estiver lá, não é para copiar no sentido de psilídeo, mas para poder pensar, raciocinar, analisar e, quem sabe, implementar a forma de vocês. Então, nós temos hoje segurança, DF, mais seguro, segurança integral. Essa é a nossa política, são cinco eixos. Agora eram 5 e 8, eram 6 eixos Agora tem mais 2, são 8 E ele está em andamento E no eixo que É por ser a nossa palestra Nós temos o eixo Mulher Mais Segura É um eixo que reunir Limites experimentivas, tecnológicas Voltadas para a proteção da mulher E também da violência doméstica e familiar Existe um ditado que fala Entre briga de marido e mulher Não se mexe a colher Isso já mudou lá em Brasília A gente mete a colher, liga pro 190, liga pro bombeiro, liga pro 92, grita, avisa, chama síndico, entendeu? Porque a gente não pode deixar uma pessoa morrendo, a gente ouvindo e não fazer nada. A gente chama o 190 quando tem som alto, porque todo ano o som não é bom. A gente não chama quando tem uma mulher sendo espancada, quando tem uma família sendo espancada por uma pessoa que eu considero violento. Próximo. Bom, aqui nós temos a nossa Câmara Técnica Mas o que é mais importante nessa foto É a questão da rede A Secretaria de Segurança no primeiro plano E todas as forças que a compõem E também Outras instituições que nós temos Na curta técnica, faz parte dessa nossa rede Então nós temos a Polícia Civil Polícia Militar, o governo A Secretaria de Segurança Pública O Ministério Público O Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública E al de outras institui que s convidados que s a AB a UNB e a Secretaria da Mulher Bom quando a gente fala na Câmara Técnica, ela é a responsável de fazer todo o mapeamento, né, o nosso BI, o BIA, o BIA Interativo, pra que a gente precise de dados. Gente, sem dados a gente não faz política. A gente tem que, literalmente, matar a cobra, mostrar que a cobra tá morta e fazer o teste DNA no tal que a cobra, que o DNA da cobra. Ou seja, a gente tem que provar. Se não tiver dados, você não tem passado, não vai ter presente muito menos futuro. Então a nossa Câmara Técnica tem esse objetivo de manter informado e fazer os estudos necessários para que possam surgir novas políticas sobre a questão do feminicídio. Em especial o feminicídio, porque o feminicídio é o ponto, é o que está perante, porque é a morte. Mas embaixo desse iceberg tem muito mais coisa. Que não sempre só a pessoa não chega e mata a pessoa à toa. Não é assim, acordou e matou. Já vem uma escala de violência gradativa e crescente. Com essa, o chegamento termina contigo. Próximo. Bom, nós temos um programa de segurança preventiva, o Viva Flu, que é algo já já é antigo essa caminhada que tinha participado da primeira edição aqui é a nossa sala de live e é um dos programas que eu vejo que mais tem efetividade porque ela previne aconteceu o fato mas você ainda está vivo você tem como reconstruir a sua história reconstruir a história dos seus filhos.

[...] fazer e possa ajudar não só os seus, mas a comunidade de um modo geral. A segunda fase é essa fase presencial. Cada força que compõe a segurança pública e outros também, outras secretarias que não é só a segurança pública, foi formada por conta de uma ação no fato da segurança pública, mas ela abrandiu todo o GDF. É para falar a cultura institucional. Onde é que está o gargalo nas culturas institucionais das forças? Onde é que está o gargalo da Polícia Militar, do Bombeiro, da Polícia Civil, da Secretaria, da Polícia Penal, que faz parte da Secretaria e é vinculado. Como é que a gente vai fazer isso? Então, não poderia ser um curso aberto para todos, porque cada cultura institucional tem suas características e suas particularidades.

Então, esse é o momento das instituições. E o terceiro momento é o seguinte. Muitos de nós estamos adoecidos nas nossas instituições. O seu agente foi falado muito ontem na palestra, da mulher, do hino, do homem, do herói, que nós somos acima de qualquer coisa, superior ao tempo. Só que a gente adocece. E como é que um cego conduz o outro? Não tem condição de conduzir a gente. A gente precisa ter conhecimento e pedir ajuda. Só que muitas vezes a vergonha não deixa. Não cabe à instituição chamar todos aqueles que têm problema, aqueles que não têm problema, para poder falar falar de sa mental falar de qualidade de vida no trabalho falar de qualidade de vida E essa terceira parte que a mais dif porque a gente vai ter que buscar especialistas na psic psiquiatras assistentes sociais para falar e identificar fazer uma permissão para as pessoas que precisam de ajuda. E uma coisa que eu deixei bem clara, na verdade o sonho é que fosse voluntário, mas muito bem, muitos terão que ser de forma compulsória, terão que ser de forma voluntária, a primeira forma, a última forma é quando é o juiz que determina, mas de forma invalORIZANTE, então tem que determinar isso. Vamos passar um pouquinho. Bom, com base nessas duas, nos decretos, nós já estávamos no fogo, essas três iniciativas, essas portarias que foram feitas aqui no nosso comando, que foi a Ouvidoria da Mulher, no ano de 70, que foi pioneira no nosso país, e o pioneirismo foi bem falado ontem, não é traficado no dia não, é para dar iniciativa para que outras pessoas possam ir, outras instituições possam copiar. As boas práticas não é vergonha copiar não, a gente tem que copiar e aprimorá-las. O Comitê Permanente de Planejamento e Desenvolvimento de Políticas Públicas, direcionado, respondendo ao primeiro decreto, fala sobre as políticas públicas e também reforçando aquilo que foi definido na Vigabond em 2022. E o regulamento de proteção maternidade no CBMDF, que isso aí é uma parte da parte, tá? Falando da nossa história, da nossa caminhada. Para vocês terem uma ideia, quando eu fiquei grávida na primeira fila, eu fiquei na atividade operacional até o quinto mês. Sabe quando eu vou sair? Quando o uniforme não coube. Esse foi o critério. Então, gente, a gente teve uma caminhada muito dura, somos da primeira turma.

[...] que veio instituir o programa Resignificar. O programa Resignificar foi outra dor. Por quê? Aconteceu um fato de um policial penal, que também faz parte do sistema de segurança pública, em um restaurante, cometer violência com sua companheira. No local se encontrava várias pessoas, inclusive uma delegada de polícia. E ela foi contra aquela situação, Ela não sabia, tanto ele não sabia que ela era delegada, quanto ela sabia que era um agente da polícia penal. E, conclusão, ele se reabou contra a delegada e deu um tiro. O tiro de um tio acertou a perna dela e a perna de uma amiga, a perna não, o pé dela e o pé de uma amiga que estava junto. Conclusão, a Karen teve que fazer cirurgia e passou por esse procedimento Isso foi uma bomba que explodiu na Secretaria de Segurança e no Governo do Distrito Federal Já estávamos com a taxa de ferimento de cidre autista E os próprios agentes de segurança pública que deveriam coibir essa ação que estava provocando E detalhe gente, isso aí que foi explicitado na mídia Mas a Cristine que é testemunha, ela era a nossa corrigidora O maior índice de abertura de procedimentos disciplinar era a Maria também. Quando a gente come sexta s domingo come n s as informa falando T preso fulano por viol familiar viol n sei o que uso de droga e cometia tamb de droga e se desilisca e desvelava na fam Essa era a minha realidade. E diante desse contexto, isso foi finalzinho de dezembro, foi uma ação integrada, Uma ação que eu fui convocada dia 30 de dezembro, sexta-feira, para que a gente pudesse montar alguma coisa que pudesse

capacitar, sensibilizar, capacitar, sensibilizar, conscientizar, operacionalizar os nossos agentes seguros, mas que deveria dar proteção, que estava fazendo o que não deveria, bem como essa iniciativa tinha que ser o quê? Através de um procedimento que capacitasse, que trouxesse aos bancos escolares, os nossos servidores, tanto os militares quanto os civis, para que a gente pudesse, eles pudessem aprender, nós pudéssemos aprender o que é violência, porque muita coisa está incubada e escondida na nossa cultura. É no dia a dia. Obrigado.

mas também na Secretaria da Mulher e na Secretaria de Justiça. Com base nessa estatística, nós tivemos... A vice-governadora teve esse olhar de fazer instituir uma política pública, porque não pode continuar assim. E se nós deixássemos, não tivéssemos nenhuma iniciativa, o que ia acontecer? A tendência era que esse número dobrasse, de 33 gêneros em sírio para 66. E o nosso objetivo não é só baixar. O nosso objetivo é prevenir para que outras mulheres não percam suas vidas no ato de violência. Para prevenir que outras crianças não fiquem literalmente sem pai, sem mãe, sendo criada por a nossa, que às vezes não tem condições.

[...] situação e dar um pronto atendimento. Como então o Corpo de Bombeiros, à época, ou como é geral, fomentar um procedimento, um procedimento operacional padrão, para que nós tivéssemos uma escuta especializada, uma abordagem especializada para vítimas de violência doméstica. A Cristiane, sempre engajada, sempre amou essa pauta e sempre foi muito engajada, Ela nos reportou que teve um caso de um bombeiro que foi fazer um atendimento, uma guarnição da nossa UER Foi um atendimento com a família, numa casa, cuja ocorrência ela iniciou como vítima de queda Chegou lá, guarnição, ficou a vítima, só que na verdade não era vítima de queda, era vítima de violência E com esse procedimento e com o trabalho que a gente vem fazendo no decorrer do tempo, na corporação, aquilo que era um protocolo de atendimento para os pregos, que está lá no trauma, se tornou um outro tipo de protocolo, um protocolo de violência, que a gente tem que ter uma observação. A gente não pode tocar a pessoa. Geralmente a v est muito retra est muito machucada emocionalmente abalada e fisicamente tamb E aí, o que acontece? Geralmente, a vontade de uma mulher é melhor. Você busca retirar a vítima daquele contexto opressor, porque geralmente o abusador, o agressor, ele fica ali, né, orbitando para que ele não seja identificado. Então, é uma observação que a gente tem que fazer para quem está trabalhando quando a gente vai para o hospitalar, de tirar a vítima daquele ambiente, como já falei, opressor, e levar para o hospital para que ela tenha a oportunidade de falar, pedir ajuda. E, às vezes, a gente tem que motivar sempre, a gente tem que questionar o que está acontecendo, você tem que conversar comigo, e você tem que ter uma escutativa. Então, esse foi o nosso primeiro protocolo. Próximo. Aqui mostra como é que era o atendimento às mulheres de violência. O BMI responsável era o nosso GADREP, ainda é. Ampliou o serviço. Ela também continua, mas ampliando-nos para outras unidades também operacionais. O material era as nossas viaturas de m e R o SP o modo resgate e aqui ela foi uma inicial para a nossa corporação só que conforme a gente vai caminhando as novas práticas vão acontecendo as boas práticas e as ruins também e com as ruins a gente tem que aprimorar e esse aprimoramento próximo nos trouxe esse ano A mudança, através não já de uma portaria do comandante-geral, mas através de uma instrução normativa do comandante operacional, a alteração do procedimento de notificação compulsória. Porque antes a gente fazia o documento e se perdia no espaço. E aí a gente começa

a entrar num conceito de rede, de integração, de absorção do problema não só para você, mas dividir dentro das suas competências para todos aqueles que participam desse cenário. E aí o que acontece? Até então, nós pegávamos o documento e ficava perdido nos anais da corporação. Hoje não. Hoje houve uma alteração e essa alteração, que tem a notificação compulsória, hoje ela encontra no sistema nacional Ent que o SINAM esse sistema de ele ligado a Secretaria de Sa Secretaria não, Ministério da Saúde e tem a sua porta de entrada as secretarias estaduais ou secretarias de saúde então o que acontece a corporação começa a fazer parte da rede aí aonde que o bombeiro entra? Ela entra em vários aspectos. Conversa toda essa porra. Quando você chega na casa de alguém que fala, ah, foi vítima de queda, foi vítima de mal súbito, foi vítima de queda de tal própria altura, tome cuidado, porque nem sempre a história é contada, é a verdadeira. Próximo. Esse ano, foi instituído pela nossa vice-governadora, que estava respondendo pelo governo de Xericião, o plano distrital de combate à violência e proteção à mulher. que tinha como objetivo fortalecer as políticas públicas, voltada à prevenção do feminicídio, à proteção, acolhimento e eliminação de todas as formas de discriminação e violência contra mulheres. Isso veio do além? Não. O ano passado, mas infelizmente no governo do Distrito Federal, nós tivemos o maior índice de feminicídio da história.



Figura 04: Representantes amazonenses no evento

Fonte: Os Autores (2024).

Sobre o ENBOM, foi produzido pela presidente do Comitê Nacional de Bombeiros Militares o seguinte relatório:

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objetivo apresentar um resumo das atividades realizadas e destacar as experiências obtidas durante a participação no Encontro Nacional de Bombeiros Militares – ENBOM 2024, no Estado do Rio de Janeiro. O evento reuniu bombeiras militares de todas as regiões do Brasil, promovendo discussões, competições e o fortalecimento de laços institucionais.

Atividades Realizadas

Palestras e Painéis Temáticos

Foram abordados temas centrais relacionados ao bem-estar e à atuação das bombeiras militares, focando em desafios profissionais e questões de inclusão. Os principais tópicos discutidos foram:

- Desafio ético da mulher moderna (Rosângela de Souza Gomes, Secretária de Estado de Assistência Social)
- Maternidade e carreira profissional de mulheres militares (Ten Cel Marlise Helena)
- Fortalecimento da ouvidoria da mulher nas instituições públicas com participação de Heloísa Aguiar, Ten Cel Roberta Monteiro e Maj Joyce.
- Qualidade de vida: conexão física e mental (Ten Cel Eliane Cristiane e Maj Franciane Alves)
- Importância da rede de apoio para o enfrentamento à violência contra a mulher com representantes da SENASP e do CBMDF.
- Mulheres em operações – apresentação de experiências operacionais das corporações dos estados do RJ, MS e RS.

ssas palestras e painéis proporcionaram reflexões sobre a trajetória das bombeiras militares e destacaram boas práticas institucionais para saúde mental, ética e desenvolvimento profissional.

Competições – Bombeira de Garra

A competição Bombeira de Garra foi um dos pontos altos do evento, promovendo a integração e incentivando a excelência física e técnica. A disputa, realizada em Copacabana e no Quartel do Comando-Geral, incluiu:

- Corrida de 5 km – dividida por faixa etária e com premiação para as melhores classificadas.
- Prova de Salvamento Aquático – em duplas, destacando a agilidade e técnica no resgate.

- Combate a Incêndio e Salvamento – desafiando a montagem de linha de combate e remoção de vítimas sob condições simuladas.

As equipes foram avaliadas pelo tempo de execução e penalidades, reforçando a importância do trabalho em equipe e da preparação técnica.

Reunião do Comitê Nacional de Bombeiros Militares

Inicialmente, foi realizado a eleição do Conselho Administrativo através de Assembleia Geral, sendo eleita para as funções abaixo relacionadas:

- Representante da Região Norte: Cel BM Vanísia de Sousa Santos - CBMRR;
- Representante da Região Nordeste: Cel BM Maria dos Santos de Oliveira Souza - CBMSE;
- Representante da Região Centro - Oeste: TC BM Marlise Helena Ribeiro Bernardes de Barros - CBMMS;
- Representante da Região Sudeste: TC BM Roberta Palmeira Leite Caeiro - CBMRJ;
- Representante da Região Sul: MAJ BM Franciane Alves de Siqueira - CBMPR;
- Assessoria de Comunicação: Maj BM Cláudia Figueiredo Cunha Nascimento CBMRJ;
- Assessoria Técnica: Ten Cel BM Roberta Barbosa Monteiro - CBMCE e 1º Ten BM Luíza Mateus Marçal - CBMMG;

Durante a reunião do Comitê Nacional de Bombeiros Militares, realizada em conjunto com a SENASP, as participantes foram divididas em cinco eixos de trabalho, com o objetivo de elaborar uma Diretriz Nacional de Combate à Violência contra a Mulher. Cada eixo foi responsável por discutir desafios e propor soluções específicas para a construção de uma estratégia integrada. A seguir, descrevemos cada eixo:

1. Eixo Atendimento e Segurança da Vítima:

- Focado em protocolos de abordagem e acolhimento imediato da vítima.
- Discussão sobre técnicas para garantir a integridade física e emocional das mulheres atendidas, inclusive com medidas protetivas no momento do resgate.

2. Eixo de Rede de Atendimento à Vítima de Violência Contra a Mulher:

- Identificação das instituições parceiras, como delegacias, centros de apoio e serviços de saúde.
- Proposta de fluxos de encaminhamento rápido e eficiente, garantindo acesso integral e contínuo aos serviços necessários.

3. Eixo Segurança da Equipe:

- Debate sobre protocolos operacionais para assegurar a integridade das equipes de bombeiras e demais agentes envolvidos.
- Planejamento de ações para minimizar riscos em operações de resgate e atendimento a vítimas em áreas de conflito.

4. Eixo de Capacitação/Operacionalização:

- Desenvolvimento de programas contínuos de capacitação voltados ao enfrentamento da violência de gênero.
- Proposta de criação de treinamentos práticos que simulem situações de risco, além de sensibilização sobre questões socioculturais ligadas à violência contra a mulher.

5. Eixo de Registros/Estatística/Custódia de Provas:

- Criação de procedimentos padronizados para registro das ocorrências e preservação de provas durante o atendimento.
- Discussão sobre a importância de dados estatísticos precisos para fundamentar políticas públicas e ações preventivas.

As discussões dentro dos eixos permitiram um trabalho colaborativo e integrado, com cada grupo apresentando propostas que serão posteriormente consolidadas em um documento preliminar para a construção da Diretriz Nacional.

A troca de experiências entre os estados mostrou-se essencial para garantir que as particularidades regionais fossem consideradas na formulação das diretrizes, promovendo uma atuação alinhada e eficaz em todo o território nacional. Registra-se a participação das titulares ou suplentes de todos os Estados, exceto do Distrito Federal e do Espírito Santo.

Conclusão

A participação no ENBOM 2024 reforçou o compromisso institucional com a valorização e inclusão das bombeiras militares, além de evidenciar o crescimento do protagonismo feminino nas corporações. As palestras proporcionaram insights valiosos para o equilíbrio entre carreira e vida pessoal, e destacaram a importância da saúde mental no desempenho profissional. As competições, por sua vez, fortaleceram o espírito de equipe e a resiliência, elementos fundamentais na rotina operacional.

A reunião do Comitê Nacional de Bombeiros Militares, em colaboração com a SENASP, resultou no início da construção de diretrizes que contribuirão para o enfrentamento eficaz da violência doméstica, reafirmando o papel dos Corpos de Bombeiro na promoção da segurança pública. Além disso, a troca de experiências entre as corporações ampliou o horizonte de boas práticas e soluções para desafios comuns.

Com isso, o ENBOM 2024 cumpriu com êxito seu propósito de integrar, capacitar e inspirar o efetivo feminino dos Corpos de Bombeiros. Acreditamos que os conhecimentos adquiridos neste evento serão multiplicados em nossas corporações, promovendo melhorias contínuas e consolidando políticas públicas garantam um ambiente mais justo e inclusivo para todas as bombeiras militares.

CONCLUSÕES

O empoderamento da mulher é uma estratégia vital na luta contra a violência doméstica, um tema com o qual a escola pode contribuir (Abramovay, 2002). Ao promover a autonomia, o conhecimento e o apoio, podemos criar uma sociedade mais justa e segura para todas as mulheres (Alvarez, 1988). O enfrentamento da violência doméstica não é apenas uma questão de direitos humanos, mas uma responsabilidade coletiva que vai requerer a participação ativa de todos os setores da sociedade (Azevedo, 2004).

O empoderamento feminino é uma ferramenta fundamental no combate à violência contra a mulher, pois fortalece a autonomia, a autoestima e a capacidade de decisão das mulheres (Piovesan, 2009). Ao promover a educação e a conscientização sobre direitos e igualdade de gênero, o empoderamento ajuda as mulheres a reconhecerem situações de abuso e a se defenderem (Poggio, 2012).

Além disso, mulheres empoderadas tendem a ter maior acesso a recursos econômicos e sociais, o que as torna menos dependentes de parceiros abusivos. O empoderamento também incentiva a solidariedade entre mulheres e a criação de redes de apoio, onde elas podem compartilhar experiências e estratégias de enfrentamento (Rodrigues, 2005).

REFERÊNCIAS

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional. 10 ed. Rev. Atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

POGGIO, Inês Soares Nunes. A construção das relações de gênero. In: LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes (Org.). Educação de jovens e adultos, diversidade e o mundo do trabalho. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 88-101.

RODRIGUES, Almira. Lugar de mulher é na política: um desafio para o século XIX. In: SWAIN, Tania Navarro e MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. (Org.). Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

ONU Mulheres. (2021). *Empoderamento das Mulheres e Meninas*. Disponível em: unwomen.org

Feminist Majority Foundation. (2019). *Violência Doméstica e Empoderamento das Mulheres*. Disponível em: feminist.org

World Health Organization. (2021). *Violence Against Women Prevalence Estimates, 2018*. Disponível em: who.int

CHARTIER, Roger. Diferença entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). In: Cadernos Pagu. (4), 1995.

DEL PRIORE, Mary. Histórias e Conversas de Mulher. 1ª, ed, São Paulo: Planeta, 2013.

FOUCAULT, Michel. Sexualidade e Poder. Em Ética, Sexualidade, Política: Coleção Ditos & Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. Ação Afirmativa e Princípio Constitucional da Igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GROSSI, Miriam Pillar. Novas/Velhas Violências contra a Mulher no Brasil. Revista Estudos Feministas - REF. Ano 2, 2º sem., 1994, p. 473-483.

Heise, L. L. (1998). *Violence Against Women: An Enduring Problem. The Journal of International Women's Studies*. Disponível em: vc.edu

ONU Mulheres. (2021). *The Role of Education in Preventing Violence Against Women and Girls*.

ABRAMOVAY, Miriam et al. Escola e violência. Brasília: UNESCO, 2002.

ALVAREZ, Sonia E. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, Alfred. (Org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 324-326.

AZEVEDO, J. M. L. de. A educação como política pública. Campinas: Autores Associados, 2004.

BERWANGER O. SUZUMURA E.A. BUEHLER A.M. OLIVEIRA J.B. Como avaliar criticamente revisões sistemáticas e metanálises? Rev Bras Ter Intensiva, 2007.

CORDEIRO A.M. OLIVEIRA G.M. RENTERIA I.M. GUIMARÃES C.A. Grupo de estudos de revisão sistemática do Rio de Janeiro. Revisão Sistemática: uma revisão narrativa. Rev Col Bras Cir 2008;34(6): 428-31.